

Imigrantes portugueses em São Paulo: Algumas questões sobre sua inserção no campo econômico

Zeila de Brito Fabri Demartini

Muito já se escreveu sobre as atividades dos imigrantes no Estado de São Paulo no período da Primeira República; a maior parte dos estudos explorou a inserção das levas de imigrantes nas lides agrárias, especialmente no processo de expansão da cultura cafeeira. Também foram abordados aspectos da atuação dos imigrantes em contextos urbanos, destacando-se sua presença e importância no processo de industrialização, que teria, segundo alguns autores, permitido a muitos uma rápida ascensão econômica e social. Muitos destes estudos tratam, entretanto, de grupos específicos de imigrantes, especialmente dos italianos; nós mesmos já trabalhamos mais detidamente com os imigrantes japoneses na metrópole de São Paulo, as atividades variadas por eles desenvolvidas e sua rápida e bem sucedida inserção na economia da cidade; pouco há, entretanto, na literatura voltada para o operariado e o desenvolvimento urbano-industrial de São Paulo, sobre a atuação de imigrantes portugueses. Os dados a este respeito parecem-nos dispersos, dificultando uma leitura mais completa sobre a distribuição deste grupo pelas diferentes atividades econômicas. Mas algumas observações a que chegamos em pesquisas que estamos desenvolvendo merecem ser anotadas, para que se possa ir construindo um mosaico da atuação deste grupo nas atividades econômicas da metrópole.*

Refletir sobre a participação dos imigrantes portugueses no campo econômico paulistano e paulista, já tão complexo neste período, implica assim em analisar não apenas a inserção destes imigrantes no mercado de trabalho em expansão. É interessante verificar também os interesses econômicos dos Estados português e

* Sub-projeto: Famílias portuguesas na área metropolitana de São Paulo (1800-1930). Participaram também desta pesquisa os bolsistas: Elen C. S. D., Marcio A. B. Lima, Marina S. Almeida e Shirley Santos.

brasileiro que acompanharam esta imigração e que permearam os projetos e as relações estabelecidas por estes imigrantes. Sem discutir as questões relacionadas à distinção entre colonizador e imigrante no caso dos portugueses no Brasil, em virtude de sua presença neste território desde o século XVI, podemos dizer que as atividades agrárias, o trabalho direto na terra não era o objetivo inicial deste grupo, historicamente; o comércio era o caminho escolhido para se fazer fortuna (Serrão, 1971, p.64), e o Estado português o incentivava.

Da perspectiva do governo paulista, houve uma mudança com relação à imigração: da necessidade de mão-de-obra para a lavoura cafeeira, que levava à subvenção da vinda de estrangeiros entre eles os portugueses de áreas rurais, passou-se no final da Primeira República a uma situação inversa, com a crise no setor cafeeiro, em que o trabalhador rural não era mais vital à economia.

No caso das imigrações portuguesas, alguns outros elementos se fizeram presentes, interferindo nas trajetórias destes no campo econômico. Parece-nos em primeiro lugar, que a inserção do imigrante português nas atividades econômicas em São Paulo durante a Primeira República merece uma reflexão que extrapola a dimensão propriamente econômica. É que os documentos e escritos de outros pesquisadores dão indicações de que os imigrantes portugueses, por causa do tipo de atividade que muitos deles desenvolveram (geralmente o comércio a retalhos), provocaram reações da população nacional que foram impregnando as representações sobre os mesmos e construindo ao longo do século XIX uma imagem negativa de sua atuação no plano econômico. No imaginário deste período, parece serem correntes as imagens de que estes imigrantes chegavam sem capital, só se dedicavam aos negócios e depois de conseguirem acumular ganhos significativos, voltavam para Portugal (Silva, 1992, p.XVIII e XIX). A tensão cultivada durante o século XIX teria persistido ainda com o advento da República:

A recém-criada República brasileira, em instável situação política e econômica, fez dos portugueses o seu bode expiatório: como detinham o comércio de retalho, eram acusados de subir os preços das mercadorias; como possuíam propriedades imobiliárias na cidade, sobretudo "cortiços", eram responsabilizados pelo aumento dos aluguéis. E a revolta da Marinha recaiu também sobre a colônia, tendo o Marechal Floriano rompido relações diplomáticas com Portugal.

Não se tratava mais de uma simples malquerença, de um preconceito da população contra os portugueses. O conflito subira à esfera política e por isso

jornais como *A União Portuguesa*, do Rio Grande do Sul, aconselhavam a total abstenção da política brasileira." (Silva, 1992, p. XIX-XX).

Segundo Silva (1992, p. XXI), a situação de maior conflito teria surgido quando, em grandes cidades, os imigrantes portugueses apareciam como economicamente poderosos e bastante integrados na vida nacional.

As atividades econômicas que permitiam o tão desejado enriquecimento criaram ao mesmo tempo problemas tanto com relação à população nacional, que desenvolveu atitudes anti-lusitanas como com relação à própria colônia, que também não via bem os que se integravam intensamente à vida brasileira como forma de garantir seus "ganhos". Segundo Silva (1992), embora tendo diminuído no início deste século, o anti-lusitanismo teria permanecido latente no século XX.

Este foi também um dos fatores que teria criado restrições à vinda do imigrante português, que não era para muitos nacionais o "branco europeu" tão procurado.

Mas é preciso anotar que, se os negócios urbanos eram os que causavam os maiores problemas, eram justamente estes os que eram estimulados pelo próprio governo português (ao contrário da política imigrantista brasileira, a quem interessava no início da República o imigrante que fosse trabalhar na lavoura). Assim, as várias Câmaras Portuguesas de Comércio, espalhadas pelo Brasil (em São Paulo foi criada em 1912) teriam feito a apologia das atividades mercantis. Segundo seus ideólogos, a atividade mercantil era a única através da qual se mantinham os elos firmes com a pátria de origem (grifo nosso):

"Inquestionavelmente, o que mais convém a Portugal é:

1º) que o emigrante português consuma no Brasil produtos portugueses;

2º) que volte à sua pátria e lhe dê, também, seus filhos;

3º) que mande dinheiro para Portugal". (Silva, 1992, p. 68-69)

Segundo alguns estudiosos, as atividades urbanas eram privilegiadas pelo imigrante português, embora muitos deles tenham se fixado no meio rural. Verificar como estes destinos se efetivaram é um bom tema a ser pesquisado. O que sabemos é que muitos dos que vieram para São Paulo não se declararam agricultores em seu processo imigratório: no período de 1908 a 1936, teriam entrado pelo Porto de Santos 131.545 agricultores (cerca de 47,79% do total), enquanto 13.158 se declararam artistas e 130.554 com outras ocupações (D.T.C.I., 1937, p. 74). Como se vê já na chegada a porcentagem de não agricultores superava a de agricultores.

Não conseguimos localizar, até o momento, dados que sistematizem

as várias ocupações desenvolvidas pelos imigrantes portugueses em São Paulo. Mas há algumas indicações.

Frutuoso (1989) também observa que o comércio foi o setor privilegiado pelos portugueses que chegaram nas cidades, ficando conhecidos o bar, a padaria e a quitanda do português. A autora aponta também as profissões mais comuns entre 1913 e 1915: açougueiros, ajudantes de cozinha, cozinheiros, alfaiates, caixoteiros, caldeireiros, carpinteiros, carroceiros, condutores de bonde, "chauffers", empregados no comércio, marceneiros, mecânicos, operários e apenas um carteiro (Frutuoso, 1989, p.109).

Pelos dados do Censo de 1920, sabe-se que havia no Estado de São Paulo 100.388 pessoas dedicadas a atividades industriais (fábricas e pequenas oficinas), sendo 51% destas estrangeiras; também elevada era sua participação no setor de transporte e comunicação, representando 58% do total de 13.914 pessoas aí ocupadas. Embora em grande parte fosse de origem italiana, também os imigrantes portugueses aí estavam representados; em relatório sobre as condições de trabalho na indústria têxtil da capital, realizada em 1912, pelo Departamento Estadual de Trabalho, observou-se que do total de 10.204 operários classificados, a maior parte era constituída por italianos (6.044 - 59%) e 824 (8%) eram portugueses, havendo apenas 1.843 brasileiros natos; como se vê, se eram poucos quando comparados aos italianos, eram, entretanto uma presença forte se comparados com os nacionais. Mais significativa era sua presença entre os braçais dos serviços públicos da capital: para 871 nacionais havia 1.408 estrangeiros (20 de nacionalidade ignorada), dos quais a maior parte era constituída por portugueses (865), seguindo-se os italianos (320) e espanhóis (165) (Fausto, 1976, p.29-30).

Desempenhando muitas vezes serviços pesados braçais, estes dados mostram uma presença dos portugueses em atividades diversas, o que fica mais evidente quando analisamos o levantamento realizado pela "Diretoria de Terras, Colonização e Imigração" de São Paulo sobre os acidentes de trabalho ocorridos na capital no ano de 1916, considerando a nacionalidade dos envolvidos; através deste levantamento, pudemos constatar que havia acidentados portugueses nas mais diversas atividades, e, em algumas delas, em maior número. Com a ressalva de que este é um indicador apenas de sua presença nestas atividades, não se sabendo se também trabalhavam em outras em que não se acidentavam e, ainda, se porventura se acidentaram mais que outros, em algumas atividades, arrola-

mos abaixo as informações coletadas; elas nos permitem afirmar que sua frequência era alta em atividades urbanas como carpinteiros, carroceiros, empregados no comércio, guardas cívicos, serviços domésticos, padeiros, operários, pedreiros, motoristas, jardineiros, leiteiros, além de trabalhadores e empregados sem especificação.

Acidentes de trabalho ocorridos na capital no ano de 1916, segundo a nacionalidade

NACIONALIDADE	Nº DE ACIDENTES
Brasileiros	566
Italianos	361
Portugueses	367
Espanhóis	91
Vários	59

Fonte: D.T.C.I., 1916

Portugueses - Profissões com maior indicação de acidentes na capital, por ordem alfabética - 1916

Carpinteiros	25	Manobristas	2
Carroceiros	39	Mecânicos	3
Chacareiros	5	Mensageiros	2
Cocheiros	3	Motoristas	8
Condutores de bonde	7	Operários	39
Copeiros	5	Padeiros	13
Cozinheiros	6	Pedreiros	4
Criados	5	Pintores	5
Eletricistas	5	Sapateiros	2
Empregados	19	Servente de pedreiro	9
Empregados no comércio	15	Serviços domésticos	19
Ensacadores	2	Soldados do C. Bombeiros	3
Ferradores	2	Trabalhadores	40
Ferreiros	2	Tratadores	4
Guardas cívicos	23	Vaqueiros	2

Guardas-noturnos	3	Vendedores ambulantes	5
Jardineiros	7	Vidraceiros	2
Lavradores	3	Não especificados	3
Leiteiros	7	OUTROS*	
Lixeiros 2			

Fonte: D.T.C.I., 1916

* Outras profissões citadas com apenas uma indicação: caixeiro, carteiro, carregador, carteiro, confeitiro, encanador, garçom, guarda-freios, lavadeira, maleiro, marceneiro, mestre de obras, motorneiro, negociante, poceiro, serrador, serralheiro.

O contexto paulistano, como já constatamos em outros estudos (Demartini, 1989), apresentava-se aos imigrantes ao mesmo tempo como propiciador de possibilidades de êxito econômico, em virtude de uma oferta de trabalho crescente (o que, em parte, explica a inexistência de uma xenofobia manifesta permanente com relação aos mesmos, por parte da oligarquia dominante, como bem aponta Boris Fausto (1976)), mas também como campo de disputa pelos melhores empregos. Não podemos esquecer que o afluxo de imigrantes durante este período para a capital, foi muito intenso, o que permitia uma seleção pautada em requisitos de qualificação por parte dos empregadores. Nesta disputa, se os imigrantes portugueses chegaram "tardamente" a São Paulo e, se em sua grande maioria eram considerados "desqualificados" tanto no que se refere à educação escolar quanto à experiência anterior em atividades industriais e de serviços, parece que apresentavam uma qualidade que pode ter favorecido sua aceitação nestas mesmas atividades: eram considerados "dóceis". Até que ponto esta "docilidade" não foi uma estratégia para poder ser aceito neste mercado tão disputado? É o que parecem nos sugerir as observações de Boris Fausto a respeito da baixa participação destes imigrantes:

Os autores que enfatizaram a origem de classe como determinação estrutural limitativa das possibilidades de afirmação de um movimento operário referem-se tanto aos atritos entre estrangeiros de várias nacionalidades, como entre estrangeiros e nacionais. A rigor, as diferenças não se explicam em termos estritamente 'étnicos'. A língua, os costumes tendiam a acentuar a percepção de cada grupo como estranho um ao outro, mas esta estranheza tinha um fundamento último na concorrência da força de trabalho no mercado, em condições desfavoráveis. Os portugueses eram tidos em São Paulo, pelos organizadores do movimento operário como elementos dóceis, destituídos de consciência de

classe, uma visão que seu comportamento muitas vezes confirmava. Sem dúvida, a menor propensão dos portugueses a organizar-se, constatada sobretudo na Capital, relacionava-se em algum grau com sua experiência prévia. Enquanto os italianos vinham de regiões em que os sindicatos começavam a surgir ou os movimentos milenaristas deixavam marcas, os portugueses se originavam de uma área bem mais atrasada no contexto europeu. Entretanto, se foram menos reivindicativos, se engrossaram por vezes as fileiras dos 'krumiros', isto se deve em grande parte, como observa Maram, ao fato de que constituíam um grupo de baixa qualificação, tardiamente chegado a São Paulo, tendo de lutar em condições desiguais pelos limitados empregos ocupados pelos italianos. Em Santos, onde eram maioria ao lado dos espanhóis, estiveram entre os principais responsáveis pelas freqüentes paralisações da área portuária (Fausto, 1976, p.35-36).

Neste contexto de efervescência na capital, como teriam sido os portugueses vistos pela sociedade que os recebia? Quanto ao caráter cidadão de suas atividades, os lusitanos vivenciaram certa animosidade, pois eram considerados como concorrentes em potencial, visto monopolizarem certos ramos de trabalho (como o comércio a retalho e o serviço atrás dos balcões) (Ribeiro, 1990, p.8). Aqueles que não se integravam na economia urbana, acabavam reproduzindo certos traços da economia de subsistência (atividades autônomas e de serviços), os quais não se integravam adequadamente à lógica capitalista urbana (Ribeiro, 1990, p.10). Com estas características, foi-se delineando o imaginário em relação aos portugueses.

"Os portugueses foram os bodes expiatórios responsabilizados pelas crises econômicas da República iniciante. Eram considerados culpados e acusados de explorarem a população cobrando aluguéis extorsivos e juros alucinantes sobre dinheiro emprestado, bem como roubando nos pesos e medidas nas vendas, freguês, botequins, quiosques e casa de pasto. Caracterizados como intermediários, pesavam-lhes sobre os ombros a carestia e a vida surrada das camadas populares" (Ribeiro, 1990, p.13).

A divulgação destas idéias era comum na imprensa diária¹.

Surgiu um sentimento contrário ao comerciante. Vejamos o que nos diz um

¹ Ribeiro, Gladys S., 1990, p.14. A autora baseia-se na análise de jornais e processos criminais, procurando verificar os depoimentos das testemunhas e as palavras de representantes da justiça. A partir destas fontes, Gladys S. Ribeiro afirma que os portugueses eram vistos como elementos desorganizadores e/ou organizadores da vida da população naquele período, no Rio de Janeiro.

jornal de meados do século passado em um artigo intitulado Paralelo entre africanos e portugueses:

Se diferença se pode dar no seu físico, certo que na moralidade das ações, muitas vezes o africano excede ao português (...) O africano, bem que de mau grado, lavra os nossos campos (...) o português destrói a indústria, aniquila o comércio (...) o africano que para cá veio é muitas vezes filho de famílias de mais ou menos representação, porque ainda reina entre eles o bárbaro costume de serem escravos os prisioneiros de guerra. O português que para aqui vem é réu de polícia, ladrão de estrada, chefe de quadrilhas, passador de papel falso, galegos que correspondem ao que chamamos negro cangueiro².

A denominação de galego atribuída aos portugueses aparece no discurso jornalístico num sentido pejorativo (Alencastro e Renaux, 1990, p.312). "É que no doce Portugal, só quem se submetia por uma nonada eram os galegos, habitantes da Galiza, região das mais miseráveis da península ibérica e secularmente inimiga dos lusos. A palavra, galego, difundiu-se rapidamente como um xingamento que fazia as delícias dos nacionais"³.

A despeito desta visão negativa em relação a eles, os portugueses, por outro lado, foram, muitas vezes, exaltados e valorizados graças àquele arcabouço teórico que atava trabalho ao progresso. Ora, nada melhor que a presença lusitana para tal intuito, já que, como podemos constatar com a autora Gladys S. Ribeiro (1990, p.17), os imigrantes lusitanos trabalhavam muito, pois queriam enriquecer para poderem retornar a sua terra natal. Parece uma contradição existirem sentimentos tão diferenciados em relação aos mesmos sujeitos, mas quando o assunto é a forma de sentir e pensar de uma sociedade nada pode parecer estranho, principalmente na São Paulo dos últimos 150 anos.

Embora não fossem considerados o que de melhor havia no Velho Mundo e nem fossem tão qualificados culturalmente, pese ainda terem sido colonizadores, ao menos eram portadores do elemento trabalho, que conduziria ao progresso e à civilização. Os portugueses eram dignificados pelo trabalho e reprovados quando o ato produtivo era julgado explora-

² *O povo*, 18/02/1849; exemplares desse tablóide, provavelmente inexistentes nos arquivos brasileiros, encontram-se na correspondência consular portuguesa em Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Bahia, cx. 2. O trecho contido neste trabalho é citação de Alencastro, Luis Felipe e Renaux, Maria Luisa, 1990 p.310.

³ Ribeiro, Gladys S., 1990, p.17.

ção. Então sofriam os escárnios e a perseguição da imprensa, da polícia, da justiça e da população, salvaguardando sempre o direito de quem era proprietário, é claro! (Ribeiro, 1990, p.16)

O que podemos pensar, até o momento, é que no imaginário daquele período algumas representações sobre o imigrante português residente nas cidades, especialmente nas grandes, se faziam presentes na população, no tocante ao campo econômico:

1. de que era dócil e não participava dos movimentos operários;
2. que só queria enriquecer e voltar para Portugal, sendo concorrentes no mercado de trabalho;
3. que deveria trabalhar preferencialmente em atividades mercantis.

Não podemos esquecer que no período considerado já havia em São Paulo imigrantes portugueses que haviam se estabilizado economicamente e até enriquecido, que tinham uma forte vinculação com a sociedade local ao mesmo tempo em que exerciam influências dentro da colônia portuguesa. Também neste período foi criada a Câmara Portuguesa do Comércio de São Paulo.

Em análise realizada sobre o crescimento de população e seus aspectos econômicos, Camargo (1952, p.236-237) nota que já no início do século os portugueses predominavam como proprietários rurais no município da capital, onde especializaram-se na horticultura e floricultura com base na pequena propriedade localizada na parte suburbana da cidade (só no início do período seu número era inferior ao dos italianos).

Camargo (1952, p.258-259) também observa que os estrangeiros detinham em, 1920, grande parte dos estabelecimentos industriais do Estado de São Paulo (64,2%); os italianos eram os mais empreendedores, representando 75% do total dos proprietários estrangeiros; mas a eles seguiam-se, em São Paulo, os portugueses, espanhóis, sírios e alemães. Os portugueses mantiveram a segunda colocação também em 1940.

Desta forma, não podemos pensar nos imigrantes portugueses deste período apenas como trabalhadores rurais ou como empregados no comércio, na indústria e em outrosserviços. Nas atividades econômicas a colônia era já bastante estratificada: havia proprietários rurais, comerciantes e industriais de origem portuguesa já com muitos recursos, assim como imigrantes muito pobres disputando trabalho e tentando sobreviver, nas mais diferentes atividades: agrárias, comerciais, industriais e nos serviços em geral.

É interessante observar que quando foi fundada em São Paulo a Sociedade Portuguesa de Beneficência, ainda em meados do século XIX (1859), consta

que entre 123 sócios fundadores, 44,7% eram negociantes e 29,2% caixeiros, havendo também: guarda-livros, farmacêuticos, alfaiates, artistas, atores dramáticos, barbeiros, charuteiros, doutores, latoeiros, leiloeiros, padeiros, pedreiros, professores, sapateiros, seleiros, tamanqueiros, tropeiros, além dos que se intitularam genericamente de capitalistas ou proprietários (Silva, 1992, p.48). Deste período para o início do século, com a grande imigração da Primeira República, parece-nos que a diversidade de atividades exercidas pelos imigrantes portugueses, acentuou-se, assim como abriram-se maiores possibilidades de inserção na economia paulistana. O imaginário popular e os estudiosos sempre se referem aos italianos quando tratam de imigrantes que durante este período fizeram grandes fortunas. Mas também entre os portugueses vamos encontrá-los; o que se pode observar, neste caso, é que dificilmente vieram de Portugal desprovidos de algum capital anterior: ou eram de famílias ricas, socialmente já reconhecidas, ou eram profissionais que aqui se aliaram a famílias da elite local. Como já bem afirmou J. S. Martins (1999), e pudemos constatar em alguns relatos, os imigrantes que enriqueceram não foram geralmente os que vieram para trabalhar nas lavouras de café, como colonos:

"Os imigrantes que enriqueceram em São Paulo (e foram muitos imigrantes), que estão sepultados hoje nos túmulos luxuosos da Consolação, do Araçá, dos cemitérios de São Paulo (que aliás, vale a pena visitar), o imaginário da imigração nos monumentos funerários, esses imigrantes nem foram ao café, a maioria nem foi para o café; foram imigrantes que vieram por conta própria e ficaram na cidade de São Paulo; poucos conseguiram percorrer essa trajetória de sair do cafezal para depois se tornar, digamos, um Matarazzo da vida, um grande industrial, isso não aconteceu, isso é pura ficção". (Martins, 1999, p.4)

A presença de um mercado consumidor em potencial em São Paulo, assim como de muitos empreendedores de origem portuguesa parece ter levado à criação da Câmara Portuguesa do Comércio de São Paulo em 1912. Esta representou, neste período, o mais importante elo entre os imigrantes portugueses e a pátria-mãe, embora inicialmente criada mais para atender os interesses desta última, que dos próprios imigrantes.

A Câmara Portuguesa do Comércio, Indústria e Arte, como era sua denominação primeira, tinha como fins principais, conforme consta da Ata de sua constituição (Boletim de janeiro de 1919):

Artigo 1º - Com a denominação de Câmara Portuguesa de Comercio, Industria e Arte, com séde na Cidade de S. Paulo dos Estados Unidos do Brasil, é constituída uma associação comercial, industrial e artistica, cujos principais são:

- Defender e promover o desenvolvimento das relações comerciais entre Portugal e Brasil;
- Tornar conhecida aos seus socios e em Portugal a Legislação Comercial do Brasil e suas tarifas alfandegarias bem como as sucessivas modificações nelas feitas;
- Informar os diferentes processos de compra e venda, denunciar e reprimir as fraudes, contrafacções, usurpações de marcas e designações de falsa procedencia que possam ser cometidas em prejuizo dos produtos portugueses;
- Procurar conciliação, quando solicitada, nas questões comerciais, servindo de arbitro entre portugueses, ou entre estes e estrangeiros;
- Corresponder-se com as autoridades brasileiras e bem assim com as associações comerciais, industriais e agricolas estabelecidas no país;
- Promover na cidade de S. Paulo exposições de propaganda de produtos portugueses;
- Organizar estatisticas que interessem ao comercio e industria portugueses, nas suas relações com o Brasil e publicá-las em Boletim mensal, registrando ao mesmo todas as informações que interessem á associação;
- Nomear delegados nas cidades do Estado de S. Paulo onde não haja Câmara Portuguêsa de Comercio;
- Trabalhar no sentido do estabelecimento de uma carreira de navegação entre Portugal e o Brasil, prestar-lhe todo o apoio, e, quando levada a efeito, promover o seu progresso;
- Defender os interesses das classes representadas pelos seus associados;
- Esforçar-se por agremiar todos os portugueses, podendo criar, anexo á Câmara, um 'Centro da Colonia Portuguêsa' privativo dos seus socios, com salas de leitura, de reunião, de sessões literarias e artisticas.

Artigo 2º - Para a consecução dos fins, a Câmara manterá com o Governo Português, correspondendo-se dirétamente com os Ministros, agentes diplomaticos, consules, associações comerciais, industriais e agricolas, e outras, não só da metrópole como estrangeiras.

Artigo 3º - A Câmara Portuguesa de Comercio, Industria e Arte é expressamente proibido tratar e discutir assuntos que não se refiram aos fins sociais.

Boletim, janeiro de 1919 (*80 Anos*, 1992, p.51-52)

Não cabe aqui realizar uma descrição mais detalhada da atuação da C.P.C. em São Paulo, o que demandaria uma análise de dados suplementares. Mas é possível afirmar que desde sua fundação esta tenta colocar em prática seus propósitos, embora o contexto econômico-político-social não fosse muito propício. Como foi bem lembrado nas comemorações de seus 80 anos, apesar do grande desenvolvimento econômico de São Paulo, enfrentava-se naquele momento, a crise provocada pela Primeira Guerra Mundial e também os problemas da situação política de transição da Monarquia para a República em Portugal. O café enfrentava restrições no plano mundial, o que atingia diretamente os destinos dos imigrantes portugueses que para cá vieram, fugindo da situação precária em Portugal. Reproduzimos aqui o trecho longo, mas esclarecedor, que comentou sobre este período, durante a comemoração acima citada:

Não era, portanto, um ambiente de serena e geral prosperidade que então se vivia em São Paulo. Os portugueses que mais poderosamente poderiam influir no desenvolvimento da Câmara eram comerciantes e industriais. Estavam diretamente abrangidos pela situação e deveriam tomar, com a segurança que lhes era peculiar, todas as cautelas em custear entidades associativas, na incerteza de necessitarem dos seus capitais para investimentos em atividades rentáveis ou para colmatar brechas resultantes da situação geral. O conflito de 1914/18 provocara o bloqueio do fluxo de mercadorias e de capitais para o Brasil, afinal o único país da América do Sul a declarar guerra ao império alemão.

Não nos parece, pois, de estranhar que, precavidos, aguardassem os portugueses de São Paulo - e não só - melhores oportunidades, mais propícias a rasgos de generosidade para a sustentação de associações ou de clubes, ainda que o alcance da Câmara fosse diretamente relacionado com as atividades econômicas a que se dedicavam.

No entanto, a Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo não deixava de estar atenta, nos limites das suas possibilidades, ao cumprimento da função que assumira espontaneamente, e em Março de 1914 dirigiu-se ao governo português, à Associação Comercial de Lisboa e à União de

Agricultura, Comércio e Indústria, entre outras entidades, sobre o interesse de se criarem estabelecimentos bancários portugueses no Brasil, e assim argumentava na sua exposição: 'além de ser um bom emprego de capital, visa especialmente firmar e afirmar a nossa vitalidade, demonstrando o nosso progresso e avanço para a reconquista do lugar a que temos direito e que se outra orientação tivéssemos, ninguém, absolutamente ninguém, nos poderia ter disputado. Analisando com atenção o desenvolvimento da exportação de certos países europeus para o Brasil, verificamos que ele coincide com o estabelecimento dos seus bancos nas praças brasileiras. O exemplo mais frisante dá-o a Bélgica que, quase não tendo comércio com São Paulo, elevou a sua exportação à cifra de 18.000 contos no ano de 1913 e isto exatamente devido à sua nova organização bancária n'este Estado. Isto faz a Bélgica sem belgas em São Paulo. Por que não o faremos nós com algumas centenas de mil portugueses e 118.060 contos de propriedades?'

Parece que a sugestão foi ouvida, porque em 1915 o Banco Nacional Ultramarino, não obstante as contingências da época, estabeleceu-se no Rio de Janeiro e nos princípios de 1916 em São Paulo, na rua 15 de novembro. Ao publicar o balancete do Banco Ultramarino referente a Novembro de 1915, o Boletim da Câmara comentava, em artigo assinado por J. Amorim: '...até poucos tempos atrás, apesar do intercâmbio do Brasil e Portugal alcançar anualmente cifra superior a 65.000 contos fortes, os portugueses aqui residentes lutavam com dificuldades e tinham de ir deixar o lucro das transferências a entidades estranhas'.

Isto foi modificado pelo estabelecimento do Banco Ultramarino no Rio de Janeiro. A prova está no desenvolvimento rápido e brilhante obtido pela aludida filial. Uma das secções do Banco que ultimamente tem tido a sua esfera de atividade consideravelmente aumentada é a secção dos depósitos, denominada entre nós 'Contas Correntes limitadas' e conhecida em Portugal sob a designação de 'Caixas Económicas'.

Esta secção acha-se funcionando com especial autorização do Governo Federal.

Sobe já a dezenas de milhares o número de depositantes que ali vão guardar as suas economias, vencendo o elevado juro de 4% com o dinheiro à sua ordem e com a faculdade de ser elevada aquela taxa a 7% realizando os depósitos a prazo fixo.

As transferências para Portugal e para os demais países europeus crescem diariamente. 'Basta lembrarmos aqui o fato de sair do Brasil para Portugal,

anualmente, cerca de quatro milhões sobre sete milhões que emigram durante esse tempo para o exterior'. Fora esta uma das idéias-força que Thomaz Saraiva - 'um dos espíritos mais lúcidos e gênio empreendedor', assim o define J. Amorim - quis desenvolver: a formação de um grande banco português, resultante da união dos maiores bancos de Lisboa e do Porto associados aos recursos disponíveis dos portugueses espalhados pelo Brasil.

Havia, portanto razões para não desistir do diálogo dos portugueses de São Paulo com a mãe pátria e, apesar de todo o panorama geral refletir a situação decorrente da guerra na Europa, Manuel de Barros Loureiro, ao assumir a presidência da Câmara em 1915 vem imbuído de serena capacidade realizadora e disposto a colocá-la ao serviço de um esclarecimento que se entendia necessário às boas relações econômicas que tanto convinhavam aos importadores paulistas como deviam interessar aos industriais e exportadores de Portugal" (*80 Anos*, 1992, p.52-53).

Os dados arrolados nesta citação permitem entender o interesse de Portugal em ampliar seus vínculos com São Paulo, especialmente neste período em que as condições econômicas e políticas naquele país eram tão precárias. A fala do segundo presidente da Câmara em 1915, bem clara quanto a seus objetivos:

Mas talvez agora... possamos conquistar um mais largo terreno na ocupação destes mercados, adotando um plano de propaganda a favor dos nossos principais produtos, vinhos, azeites, conservas e frutas, e fazendo deles uma inteligente e persistente apresentação. Cabe perfeitamente na índole das Câmaras de Comércio o estudo das medidas a adotar...

E corroborou que 'as Câmaras de Comércio... poderão fornecer ao Governo Português preciosas informações que facilitem a apreciação das condições em que os nossos produtos devem concorrer com os similares estrangeiros. Os Cônsules... hão de esclarecer e guiar os nossos comerciantes em Portugal na exploração destes mercados...' (*80 Anos*, 1992, p.54).

Faz, entretanto uma ressalva, que indica as transformações que ocorriam no país receptor, e que não poderiam ser ignoradas pelos antigos colonizadores:

E lembre esta Câmara aos nossos comerciantes em Portugal que os velhos moldes em que outrora assentavam as negociações comerciais foram afastados, que os mercados do Brasil, hoje, têm exigências, impostas pelo seu progresso, que se torna urgente satisfazer; e lembre-lhes, por último, que as gerações atuais... estão empenhadas, numa corrente cada vez mais forte e incontrariável, por tornar o Brasil a mais poderosa das Nações Sul-Americanas (*80 Anos*, 1992, p.54).

A atuação da Câmara Portuguesa de Comércio (C.P.C.) de São Paulo foi também intensa em 1916, quando organizou o "Congresso Comercial dos Aliados", com o fim de estudar, discutir e resolver as questões que se prendiam diretamente à situação comercial dos países aliados (Itália, Inglaterra, França e Portugal). As atividades deste Congresso prolongam-se até o Armistício de 1918. Durante este período, houve uma forte oposição aos interesses alemães, chegando o Boletim da Câmara a publicar uma famosa "Lista negra inglesa", que abrangia e divulgava os industriais e comerciantes que mantinham, sob qualquer forma, negócios com a Alemanha (*80 Anos*, 1992, p.62-63).

Um assunto sempre acompanhado pela Câmara era o da falsificação de vinhos e de azeite e a exportação de frutas portuguesas (*80 Anos*, 1992, p.67).

Foram realizadas exposições de produtos portugueses na sede da Câmara onde havia vitrines especialmente construídas para tanto. Também publicava a Câmara nos jornais de Lisboa e do Porto anúncios sobre as vantagens que o momento oferecia aos industriais portugueses no mercado brasileiro. A Câmara participou intensivamente das comemorações do Centenário da Independência, em 1922, tendo um de seus mais importantes membros, Ricardo Severo, ficado encarregado do "Pavilhão das Indústrias Portuguesas".

Não detalharemos aqui, mas esta entidade tinha, como vimos, outros objetivos sociais e culturais, tendo assim desenvolvido atividades várias ao longo do período. No tocante aos aspectos culturais, participou da criação da "Liga Propulsora para a Educação em Portugal", além de cursos voltados especialmente para os comerciários em São Paulo. Mas empenhou-se, também, em atividades assistenciais, coordenando muitas vezes outras associações voltadas para este fim, como durante a gripe espanhola que matou milhares de pessoas em São Paulo (1918) (*80 Anos*, 1992, p.69-70).

Partindo da proposta metodológica da pesquisa que empreendemos, procuramos entrevistar pessoas das famílias de portugueses que chegaram a São Paulo ainda na Primeira República, considerando a diversidade de atividades por elas desempenhadas nesta metrópole. Certamente não foi possível abranger todas as que foram citadas acima, especialmente os que fizeram fortuna, mas acreditamos que conseguimos fugir do estereótipo do "português pobre e rural" ou do "dono de armazém", na medida em que, já na primeira geração, constatamos a existência de ocupações as mais variadas.

Observando os relatos sobre as atividades das várias famílias entrevistadas,

podemos inicialmente anotar que apenas uma parte dos imigrantes que se fixaram em São Paulo eram agricultores em Portugal; eram, geralmente, os que estavam em piores condições, passando dificuldades. Vieram, como afirma Martins (1999, p.4), para "escapar da miséria". É interessante notar que algumas famílias continuaram desenvolvendo atividades de plantio e criação na área metropolitana como forma de sobrevivência.

Em outros casos, embora saindo de atividades agrárias, os imigrantes procuraram diversificar suas atividades, muitos deles passando a trabalhar por conta própria ou como empregados no comércio, como nos foi relatado por alguns entrevistados.

Havia também os que já tinham algumas atividades ligadas à fabricação e venda de produtos tais como rolhas de cortiça e vinho; nestes casos, também as dificuldades nos negócios os impeliram à emigração; em São Paulo, conseguiram montar seus próprios negócios. Em duas famílias a geração mais velha era ligada a atividades militares, mas chegando a São Paulo um imigrante foi para o interior trabalhar na agricultura, e outro começou a trabalhar de vendedor.

É preciso notar que, na capital, consta de documentos que o trabalho em atividades de policiamento foi muito procurado e exercido por imigrantes portugueses.

Em condições na chegada, muito diferentes pois dispoendo de capital cultural, social e econômico, também vieram advogados, engenheiros, artesãos, que conseguiram estabelecer relações com pessoas socialmente bem posicionadas em São Paulo, o que permitiu a vários deles conseguirem trabalhos mais rapidamente e de acordo com sua formação. O fato de terem formação de nível superior também permitiu a inserção de alguns deles no campo educacional, com reconhecida atuação nesta área.

Mas também foi mencionado pelos familiares o caso de um imigrante que não tinha profissão "reconhecida" em Portugal, vivia de apostas de jogos. No Brasil, sua trajetória também foi incerta, como foi relatado.

O que é interessante destacar é que as profissões exercidas por filhos e netos (segunda e terceira gerações) em vários casos acompanharam as profissões da primeira geração, seja a que exerciam em Portugal, ou a que passaram a exercer no Brasil. Poder-se-ia pensar que se constituíram em "profissões de família", passadas de uma geração para outra. Não temos elementos para verificar como esta "transmissão" se deu, mas se pode perceber pelos relatos que estas ocupações eram valorizadas pelos que as detinham, mesmo quando não lhes rendia muitos ganhos.

Em outros casos o fato de os membros da segunda geração já poderem cursar o nível superior ou cursos técnicos em São Paulo, levou a mudanças grandes nas profis-

sões desempenhadas de uma geração para outra.

Na terceira geração, em quase todas as famílias, mesmo quando continuavam ligadas às profissões da primeira geração, vê-se que para exercê-las freqüentaram algum curso de nível superior. Assim, os que continuaram no ramo dos negócios imobiliários, do comércio de flores, de jóias etc., cursaram administração de empresas ou economia, especialmente os filhos (homens). Para as mulheres, nem sempre o curso foi o mesmo de seus irmãos, mesmo quando ajudavam nos negócios da família.

Em vários casos, entretanto, os da terceira geração mudaram para outras áreas depois do curso superior: tornaram-se, muitos, profissionais liberais (médicos, economistas, decoradores, psicólogos, analistas etc.).

Bibliografia

- ABREU, Teixeira de. "Cambiantes da emigração portuguesa". *Boletim da Câmara Portuguesa de Comércio, Indústria e Arte de São Paulo*, v.1, n.11, p.10, nov. 1916.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de; RENAUX, Maria Luísa. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano*. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Vol. 2: Sociedade e instituições (1889-1930).
- CAMARGO, José F. de. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FFCL/USP, 1952. (Boletim; 153).
- DEMARTINI, Zeila de B. F.; ESPÓSITO, Yara L. São Paulo no início do século e suas escolas diferenciadas. *Ciência e Cultura*, v.41, n.10, p.981-995, out. 1989.
- D.T.C.I. *Estatística de imigração*. São Paulo: Departamento de Imigração e Colonização/Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1916.
- D.T.C.I. *Estatística de imigração*. São Paulo: Departamento de Imigração e Colonização/Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1937.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976. (Coleção Corpo de Alma do Brasil).
- FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. *Emigração portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos, 1850 a 1950*. São Paulo: FFLCH/USP, 1989. (Dissertação de Mestrado).
- MARTINS, José de Souza. Transcrição de fala do autor em uma mesa-redonda. São Paulo: USP, 1999.
- 80 ANOS. Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo: 1912-1992. São Paulo: Gráfica Brasiliense, 1992.
- RIBEIRO, Gladys S. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1971.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil, 1850-1938*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1992.

XAVIER, Leonor. *Contributo para a história dos portugueses no Brasil: relato de uma experiência profissional luso-brasileira*. São Paulo: Secretaria do Estado da Imigração, s.d.

Resumo

Muitos estudos já trataram das atividades dos imigrantes no Estado de São Paulo no período da Primeira República, a maior parte tendo explorado a atuação dos mesmos nas lides agrárias. Entretanto, vários destes estudos tratam, de alguns grupos específicos de imigrantes, especialmente dos italianos, e muito poucos dos portugueses; pouco há, também, na literatura voltada para o operariado e o desenvolvimento urbano-industrial de São Paulo, sobre a atuação de imigrantes portugueses. Anotamos aqui algumas observações para que se possa ir construindo um mosaico da inserção diversificada deste grupo nas atividades econômicas da metrópole.

Palavras-chave: Imigração portuguesa; campo econômico; São Paulo

Abstract

Many studies have already covered the activities of immigrants in the State of São Paulo during the First Republic period, most of them focused on the actuation of such immigrants in their agrarian tasks. However, several among such studies handle a few specific immigrant groups, particularly Italians, and fewer covered the Portuguese immigrants; there is also just a few works in the literature dealing with the working class and the urban and industrial development of São Paulo, about the actuation of Portuguese immigrants. We wrote down here a few remarks to enable the construction of a mosaic showing the diversified insertion of this group into the economic activities of the metropolis.

Key-words: Portuguese immigration; economic field; São Paulo